

ALBERTO TORRES: UMA REVISITA HISTORIOGRÁFICA

Julio César dos Santos¹⁶⁸
Luciene Aparecida Castravechi¹⁶⁹

Artigo recebido em: agosto/2015
Artigo aceito em: setembro/2015

Resumo:

O presente texto tem o objetivo principal apresentar e contextualizar os escritos de Alberto Torres dentro de um complexo processo de discussão acerca da Identidade da Nação Brasileira, nos finais do século XIX e início do século XX, a partir de sua mais significativa publicação: A Organização Nacional (1914). Importante ressaltar ainda, que o texto não pretende promover o debate conceitual referente à identidade nacional, mas apenas explorar as percepções e perspectivas que o autor possuía da nação brasileira.

Palavras-chave: Alberto Torres; Historiografia; Nação Brasileira.

Abstract:

This paper has the main objective to present and contextualize the writings of Alberto Torres within a complex process of discussion about the identity of the

¹⁶⁸ Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente do IFMT. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4296871Y2>

¹⁶⁹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4245055H5>. Bolsista CAPES.

Brazilian nation, in the late nineteenth century and early twentieth century, from its most significant publication: *The Organization national* (1914). Important to note also that the text is not intended to promote the conceptual debate regarding the national identity, but just exploring the perceptions and perspectives that the author had the Brazilian nation.

Key-words: Alberto Torres; Historiography; Brazilian nation.

Uma breve apresentação do ambiente político histórico do tempo em que Torres viveu, atuou e produziu, assim como sua formação e o ambiente intelectual vivido pelo país naquele momento é fundamental para compreendermos a partir de quais influências a *Organização Nacional* foi escrita.

O recorte temporal vai de fins do século XIX, aos anos iniciais do século XX, em função de este ter sido o período do auge da atuação do autor da vida pública e de sua produção intelectual. As fontes são bibliográficas.

No período em que viveu Torres, assim como as décadas anteriores e posteriores, a preocupação em traçar e apontar caminhos para a construção de um modelo de nação Brasileira é bastante evidente, o autor foi precedido por autores como Varnhagem, Contemporâneo de Capistrano de Abreu e sucedido por autores como Oliveira Viana, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda.

Apesar desses autores em geral não possuírem formação acadêmica em história, são reconhecidamente intelectuais que transitam pela literatura, direito, história, etc., escrevem sobre política, economia e a sociedade brasileira, são textos de valores inestimáveis para a interpretação da história nacional.

Os debates e embates acerca da identidade nacional estão em evidência nos países do continente americano, desde o afloramento dos movimentos e processos de independência, nos países europeus desde os movimentos de criação dos Estados Nações, persistindo até os dias atuais, se afluindo principalmente nas lutas separatistas ou disputas territoriais no leste europeu. O processo de construção

identitária é marcado pelo complexo embate a partir dos interesses de forças diversas, Déloye (2002, p. 95), deixa claro em seus escritos essa correlação de forças que acaba por se tornar espaço de conflito, seja no mundo das ideias, na política e não raras vezes se traduzem em guerras.

“(…) a identidade nacional não é uma essência imutável. Constitui espaço de conflito permanente entre os que pretendem, concorrentemente, determinar seu fundamento e seu conteúdo. Reflexo das lutas históricas (…) é resultado de um trabalho de construção social”.

A história possui função vital no processo de identificação de um povo, questões como etnicidade, conquista de espaço, economia, legislatura etc., são aspectos que estão diretamente ligados a esse complexo processo e o encadeamento de identificação indissociável da política.

Pensar a identidade nacional representa mergulhar em um emaranhado de ideias, valores, perspectivas, interesses e projetos (bem ou mal sucedidos), que demonstram a validade e a importância da afirmação de Déloye de que a “identidade nacional é um espaço de conflito”. A produção intelectual assume caminhos diversos, política, história social, literatura, sociologia, poesia, artes, etc., cada qual com seus motivos e perspectivas, mas todos eles passam pela história, o que coloca os historiadores sempre diante de inúmeros desafios e de novas perspectivas.

Os processos de independência dos países Latino Americanos, por exemplo, desencadearam ou potencializaram o debate sobre a identidade nacional articuladas aos projetos de retomada dos laços com as suas metrópoles ou conciliação e consolidação de sua autonomia. Inúmeros conflitos que colocavam em evidência os debates acerca da identidade nacional a partir dos conflitos, perspectivas, interesses de determinado tempo e espaço. Rebeca Earls em “*Sobre héroes y tumbas: National Symbols in Nineteenth-Century Spanish America*”, trata da construção da identidade nacional nas recém-independentes nações latino-americanas, a partir da construção de símbolos nacionais como estratégia de conciliação, o mais relevante para o momento, no entanto é a percepção da autora

de como essa construção pode sofrer alterações de acordo com contexto social e político vivido pela nação de um dado tempo para o outro.

Essas mudanças de perspectivas são comuns em qualquer sociedade em razão da complexidade de fatores envolvidos no processo. No caso do Brasil essa complexidade fica evidente em diversos momentos, e em pequenos espaços de tempo, seja comparando os anos iniciais da independência aos anos do período regencial, os anos iniciais do segundo império aos anos do pós-guerra do Paraguai, os anos iniciais da república às primeiras décadas do século XX, assim poderíamos estabelecer diversas outras comparações até os dias atuais.

Ainda sobre a dificuldade em compreender o perfil e as características da nação brasileira Luiz Carlos Bresser, seguindo a mesma linha de raciocínio de Déloye, no prefácio do livro *Identidades do Brasil de Reis* (2009, p. xv) diz que para o autor, “(...) *as interpretações do Brasil são reflexos os desafios que a sociedade brasileira enfrenta (...)*”. Na década de 1970, por exemplo, a questão central era a luta pela democracia de direito, assim como no final dos séculos XIX e início do século XX, estavam em destaques a construção de um modelo de república, a economia nacional e etnicidade brasileira. Em cada momento da história a sociedade se depara com diversos e novos desafios.

Interpretar esses desafios a partir da análise das fontes articulado-as com a teoria é também tarefa dos historiadores. Rodrigues (1978 a, p. 28) coloca a historiografia como reflexo dos problemas da nação, atribuindo o devido valor ao papel do historiador no processo.

A historiografia é verdadeiramente um espelho onde se refletem os problemas da própria nação e da humanidade. Neste sentido, as revisões históricas não nascem das noções históricas concretas, mas da análise e da crítica dos elementos ideológicos determinativos. É um realismo ingênuo acreditar que se possa conhecer o objeto histórico em si próprio como uma fotografia. A realidade histórica é uma pintura que depende da perspectiva do historiador. Mas “o historiador só pode ver o fato através de si mesmo”, como homem do seu século, comparando com o tempo em que vive. Sem fatos não há história, mas sem historiador os

fatos não têm sentido, e como o historiador é homem de certa época, e muda, com ele muda a história (RODRIGUES, 1978 a, p. 28).

Outro pensamento importante contido no texto do referido autor é a peculiaridade do aspecto da personalidade do trabalho do historiador, que apesar de se valer de fontes e teorias, o fazem a partir de escolhas que estão relacionadas com o seu tempo. Justamente por este motivo a importância de contextualizar o tempo de Torres, realizada uma breve apresentação de autores cuja produção antecedeu ou foi contemporânea à sua. Por esta razão para haver delongas, vamos dialogar com Varnhagem, por ter sido antecessor e cujos escritos em vários aspectos são contraditórios às defesas de Torres e Capistrano de Abreu, intelectual que viveu no tempo de Torres, com o qual compartilha muitos de seus pensamentos.

A análise das obras de autores do final do período imperial e das primeiras décadas do século XX, como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Alberto Torres, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda dentre outros, são fundamentais na tentativa de compreender a complexidade brasileira em termos de construção de uma identidade nacional, não apenas para o período em questão, mas para a história brasileira em geral. São autores que através de diferentes abordagens, procuraram descrever ou propor caminhos para a nação brasileira.

Varnhagen por exemplo, teve sua produção e ideias bastante ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e conseqüentemente às crenças e interesses do Governo Imperial, pois foi amigo do Imperador. Defensor da presença portuguesa no Brasil e do Estado Imperial construído a partir do modelo português cristão e unitário. No entanto, a questão mais polêmica levantada nos escritos pelo autor talvez tenha sido a defesa da tese do branqueamento do povo brasileiro através das políticas de imigração, desvalorizando o índio e o negro, e até os apresentando como negativos na formação da nação brasileira.

Mas fazemos votos de que um dia as cores se combinem, que venham a desaparecer totalmente de nosso povo as características da origem africana e a acusação a procedência escrava de um dos troncos da população brasileira (REIS, 2009, p. 43).

Varnhagem fala da necessidade da uniformidade cultural da sociedade brasileira e compreende a diversidade étnica nacional como aspectos negativos ao futuro da nação (Reis, 2009). O momento vivido por ele e as influências estavam voltados para a construção de uma nação aos moldes das nações europeias.

Capistrano de Abreu, nascido numa época em que se avolumava a produção intelectual de Varnhagem, pensou a nação sob outros aspectos e valores, tanto que é conhecido por ser o leitor mais crítico de Varnhagem.

Quando ele nasceu, em 1853, Varnhagen começava a publicar a sua História Geral do Brasil. Capistrano será o seu leitor mais atento e crítico. Será em relação a Varnhagen que ele fará a sua grande inovação na interpretação do Brasil (REIS, 1998, p. 64).

Autor de “*Capítulos da história colonial*”, viveu o auge de sua maturidade intelectual após a década de 1870, numa época em que o prestígio da cultura francesa dava sinais de decadência, havendo também além da influência de intelectuais franceses, certa influência inglesa e a alemã, que aliada ao contexto nacional de fim da guerra do Paraguai, derrocada da monarquia, ascensão do movimento republicano, construiu um ambiente histórico e político favorável a uma nova interpretação do Brasil, contemporânea inclusive do tempo de Torres.

Uma das grandes diferenças do olhar de Capistrano de Abreu, com relação à Varnhagem e seus antecessores estava no fato de ser pioneiro no movimento de “olhar o Brasil para dentro”.

A civilização do sertão, seus costumes, seus caminhos, eram objeto novo na historiografia brasileira. Capistrano atribuiu ao tema uma importância até então jamais levantada por outro historiador. A conquista e o povoamento do sertão foram por ele estudados com tanto afincamento e com tanta base documental que o papel do sertão e dos caminhos modificou profundamente o escrito e a metodologia histórica no Brasil (RODRIGUES, 1977 b, LII).

Esse movimento diferenciado do autor fez toda a diferença na interpretação do país, na visão que tinha do Brasil e na perspectiva de valor da diversidade étnica nacional.

Quando Capistrano de Abreu apareceu na historiografia brasileira, esta centralizava seu interesse especialmente nas comunidades do litoral. Ele viu o sertão e o caminho como processo de incorporação e dilatação da fronteira ocidental: era um campo novo, um método de investigação e interpretação original da formação colonial do Brasil. O sertão e os caminhos são um fato de criação da vida brasileira (RODRIGUES, 1977, p. LIII).

Enquanto a diversidade étnica brasileira foi apontada por Varnhagem como problema, para Abreu era aspecto favorável.

(...) Valorizando seu povo, suas lutas, seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira. Ele atribuirá a esse povo a condição de sujeito de sua própria história, que não deveria vir mais de cima e nem de fora, mas dele próprio. O futuro do Brasil torna-se tarefa do povo brasileiro (...) Ele recupera o passado desse povo em suas lutas e vitórias. (REIS, 1998, p. 64).

Por esta característica e pelo pioneirismo em valorizar o povo brasileiro e de olhar o sertão brasileiro, enaltecendo nossas lutas, Abreu foi chamado por Reis de “Heródoto do Povo Brasileiro”. Importante compreender esta dimensão da obra de Abreu, para entender o ambiente de mudanças e rupturas da produção de sua época e dos sucessores. Foi neste período e sob as mesmas influências do contexto político nacional que Alberto Torres produziu, mesmo tendo nascido depois e falecido antes de Capistrano. Vale lembrar que Alberto Torres e os diversos escritores que pensaram um modelo de nação, o fazem a partir de um determinado tempo e lugar social, sendo influenciados por ele.

Torres viveu o auge de sua carreira política nos anos que sucederam a proclamação da república, pelas posições de destaque que ocupou na política nacional, pode fazer reflexões sobre a nação brasileira de seu tempo, a partir de uma

posição privilegiada, passando de defensor a crítico do modelo de nação proposto através da constituição republicana.

Nos anos iniciais da Proclamação da República, o novo regime de governo, aos moldes do estadunidense foi tomado como solução para todos os problemas nacionais, mas não tardou a mudar a opinião de muitos de seus adeptos, inclusive de Torres. As críticas e propostas de mudanças surgiram em especial, dos que percebiam o Brasil como país impregnado de corrupção, atrasado e nas palavras de Alberto Torres, um país desorganizado.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1865, aos 15 anos de idade, em 1880, ingressou mediante autorização especial do imperador na Escola de Medicina de Recife-PE, curso que abandonaria dois anos depois para ingressar na Faculdade de Direito em São Paulo, no entanto, retornaria a Recife três anos depois para concluir a faculdade de direito, após desentendimentos com o professor de direito criminal na Faculdade de São Paulo. Iniciou sua carreira política como deputado da constituinte, foi deputado federal e antes de ser eleito governador do estado do Rio de Janeiro, foi ministro da Justiça.

A grande crítica que Torres fez ao processo de organização do Brasil, estava relacionada ao fato de que tínhamos uma constituição que era segundo sua visão uma “compilação” da estadunidense, aquele texto “transplantado” para o Brasil, não se adequava a nossa realidade.

A denominação Estados Unidos do Brasil consagrada no Artigo 1º reflete um equívoco. Não se transplantam histórias, costumes, crenças, condições naturais. Essas ideias balizam os principais escritos de Alberto Torres (KUNTZ, 2002, p. 33).

São ideias construídas principalmente a partir de sua experiência na vida pública, leituras de intelectuais de seu tempo e sob influência de uma época em que começavam as contestações à ideia de que o modelo republicano implantado no Brasil seria capaz de encontrar solução para os nossos problemas sociais, econômicos e políticos.

Torres passou de defensor da inatingibilidade da constituição de 1891, para a de revisionista e reformador da lei máxima do país (IGLESIAS, 2009, p. 29). Apesar disso ele não é considerado um revolucionário, pois manteve algumas posturas conservadoras, como por exemplo, a defesa do nacionalismo, poder Central, apego à hierarquia, à ordem e o combate à revolução. Mas também não pode ser visto como integralista, apesar de este o ter como referência Plínio Salgado e ter frequentado a sociedade de amigos de Alberto Torres, foi um árduo defensor da liberdade individual, do voto universal e da expressão popular.

Como Governador exerceu um mandato com muitas dificuldades, teve uma gestão focada nas políticas públicas de saneamento básico, investimentos em educação e nos incentivos para a agricultura, acreditava que o Brasil tinha a vocação para ser um país agrícola. Foi durante seu mandato de governador que aconteceu a grande guinada no pensamento de Torres, com relação à constituição da república brasileira.

Como Ministro do Superior Tribunal Federal, foi defensor da ampliação das liberdades individuais e da soberania nacional, sendo que esta última se tornou sua grande obra como escritor. Após a sua aposentadoria, Torres reuniu trabalhos já publicados anteriormente, associando-os a novos textos para produzir “A Organização Nacional.”

A Organização Nacional publicada em 1914, pela imprensa nacional seria a primeira de três outras obras, trata da constituição enquanto as demais que não passaram de projeto, tratariam da educação e da economia nacional.

O texto foi dividido em três seções e um apêndice, sendo o primeiro intitulado: “A Terra e a Gente do Brasil”, o segundo: “O Governo e a Política” e o terceiro: “Da revisão Constitucional” além do apêndice que trazia o projeto de uma nova constituição (IGLÉSIAS, 1999, p 28-29). A maioria dos textos havia sido publicada anteriormente, alguns outros eram inéditos ou de conhecimento de poucos amigos.

Na obra Torres deixa claro o motivo do título a medida que apresenta a desorganização do país como destrutiva à nação e prejudicial ao povo brasileiro. Acredita no país e no povo, mas critica a constituição brasileira, considerando-a principal responsável pela desorganização do Brasil, propondo uma nova constituição e uma nova forma de organização nacional.

Ao tratar da “A terra e a gente do Brasil” Torres descreve um povo disperso geograficamente, exposto às politicagens locais e refém de um modelo econômico predatório e injusto. Fala da necessidade de construção de um projeto de nação comum:

Não basta a existência de um Estado Nacional, em contraste com a dispersão do povo, para unificar a sociedade e produzir a coesão necessária a um projeto comum. Essa coesão, nas sociedades fragmentadas, só pode ser consequência da ação do governo. (KUNTZ, 2002, p. 36)

São muitos os elogios ao povo brasileiro, percebemos então um alinhamento com o pensamento de Capistrano de Abreu, e um forte distanciamento de Varnhagem, pois a miscigenação segundo Torres é algo natural e não representa uma desvantagem, o povo é honesto e inteligente, tem bom senso e extraordinário espírito de ordem, o problema da nação não estava na formação étnica do povo, mas sim na organização através de modelo de constituição transplantado para nossa realidade e na administração do país.

Outro tema de Torres é a denúncia da expropriação de nossas riquezas pelo capital estrangeiro, aspecto que será amplamente debatido nos anos da Era Vargas (1930-1945), revelando o caráter amplamente nacionalista do autor. O patriotismo segundo ele é frágil e utilizado apenas de acordo com os interesses superiores para levar o cidadão ao sacrifício, não haveria um sentimento de patriotismo unificador da nação brasileira. (KUNTZ, 2002, p. 41).

Alberto Torres enxergava o Brasil como um país de vocação agrícola que deveria diversificar a produção, promover a circulação e distribuição das riquezas em vez de entregá-las aos estrangeiros. Quando foi governador do Rio de

Janeiro tentou colocar em prática esse pensamento através da criação de políticas de incentivo a diversificação da produção.

Mas a solução na visão de Torres para os grandes problemas nacionais, estava na carta magna brasileira, dedicou boa parte de seu tempo a pensar um novo modelo de constituição para substituir a de 1891, que segundo ele não era uma constituição e sim um estatuto doutrinário. Em sua proposta ele defende alterações significativas no texto dentre elas:

- a) mudança na composição da câmara que passaria a ser composta por 125 deputados, eleitos pelo sufrágio direto, sendo a metade por distritos eleitorais, 25% por estados, e 25% por todo país;
- b) o senado seria composto por representantes de todos os estados e pelos mais diversos seguimentos da sociedade civil organizada e até pelo clero;
- c) o mandato de presidente passaria a ter oito anos;
- d) criação do poder coordenador, com representação em nível nacional e em todos os municípios;

A criação do Instituto de Estudos dos Problemas Nacionais, foi uma ideia contida no art. 103, da constituição proposta por Torres e colocada em prática em 1955, no governo de Café Filho, através da criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pelo ministro da educação, Candido Mota Filho, autor do livro “Alberto Torres e o Tema da Nossa Geração” (IGLÉSIAS, 2009, p. 33).

O grande mérito de Torres em a Organização Nacional consiste em apresentar uma proposta de construção de uma Nação Brasileira política e economicamente distinta em muitos aspectos do que havia sido traçada pensada pelas elites das décadas anteriores. Torres talvez não tenha se constituído ou pelo não chegou a ser reconhecido como pensador brilhante, mas é certo que compreendia a complexidade da relação entre o modelo de organização política e econômica para a formação da Identidade Nacional Brasileira dentro de um contexto de conflito de interesses distintos dentro da perspectiva de Déloye (2002).

Iglésias (2009) definiu Torres com as seguintes características: Objetivo, Nacionalista, Corporativista, Ruralista, Anti-racista, Revisionista, Defensor do Trabalhador Nacional cuja solução para os principais problemas nacionais encontravam-se na reformulação de nossas leis e na organização de um país desorganizado. O autor ainda faz uma definição muito coerente da representatividade de Torres para a história nacional, conferindo-lhe uma posição modesta entre os intelectuais brasileiros do seu tempo.

Pensamento conservador, não é reacionário, nem revolucionário, embora se aproxime mais daquele tipo que deste. Sua expressão literária é a comum: em linhas gerais correta, não chega a ser forte, nem brilhante. A análise é lucida e por vezes profunda, na denúncia dos equívocos viciadores da formação nacional. O bom senso é sua nota constante, sem maiores voos. Em paralelo com outros de sua época, perde não só na expressão como no conteúdo, como se dá relativamente a Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, autores de mais e justa repercussão. Se ainda se impõe – daí a reedição – é pelo fato de representar uma posição bem definida, uma face, uma possibilidade brasileira. O reconhecimento de sua importância não significa adesão a quanto pregou. De nossa parte, por exemplo, pouco temos de comum com o político e o sociólogo: não há aí, porém impedimentos para reconhecer-lhe lugar na história da inteligência nativa (IGLESIAS, 2009, p.17).

Autores como Cândido Mota Filho, Alcides Gentil e Tristão de Ataíde, certamente discordam do lugar tão modesto atribuído à Torres entre os intelectuais da sua época, Gentil por exemplo, o definiu como genial, homem à frente de seu tempo e Tristão de Ataíde o caracterizou como maior pensador político brasileiro, o que na visão da maioria é exagero.

Alberto de Seixas Martins Torres, faleceu em 1917, com apenas 52 anos de idade, não teve a oportunidade de concluir a segunda e terceira parte de sua obra, mas deixou um grupo de pessoas interessados em seu trabalho e exerceu influência sobre outros pensadores, dentre os quais merece maior destaque Oliveira Viana.

BIBLIOGRAFIA

DÉLOYE, Ives. A nação entre identidade e alteridade. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella e BREPOHL, Marion (Orgs.) **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora da UNB, 2002.

EARLS, Rebecca. **“Sobre héroes y tumbas: National Símbols in Nineteenth-Century Spanish America**. *Hispanic America Historiacal Review*, vol. 85:3, (2005:375-416).

IGLÉSIAS, Franciso. **História e Literatura**. Belo Horizonte-MG; Perspectiva, 2009.

KUTZ, Rolf Mota. A Organização Nacional, Alberto Torres. In: **Introdução ao Brasil: Banquete no Trópico**. Dantas, Lourenço (org.); São Paulo: Senac, 2002.

OLIVEIRA, Joan Edesson de. **Quase um século depois, a obra de João Capistrano de Abreu continua de pé, edificada firmemente**. É obra de referência, indispensável para quantos queiram conhecer a fundo a história do nosso país.

Disponível

em:

<http://www.revistaprincipios.com.br/principios/index.php/component/content/article/34-noticias/291-capistrano-de-abreu-um-vaqueiro-das-ideias-em-busca-de-uma-historia-sertaneja>. Acesso em 17 de julho de 2014.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil: de Varnhagem à FHC**. *Rio de Janeiro-RJ*; FGV; 9ª ed., 2007.

_____. **Identidades do Brasil: De Calmon à Bomfim: A favor do Brasil: Direita ou Esquerda**. Rio de Janeiro; FGV, 2006

_____. CAPISTRANO DE ABREU (1907). O SURGIMENTO DE UM POVO NOVO: O POVO BRASILEIRO. José Carlos Reis Universidade Federal de Minas Gerais José Carlos Reis / *Revista de História* 138 (1998), 63-82.

RODRIGUES. José Onório. **História da História do Brasil**. A Historiografia Conservadora. Volume 2. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

TORRES, Alberto. **Organização Nacional**. Rio de Janeiro-RJ; Imprensa nacional, 1914.